

# A CENTELHA

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO



# FEMINISMO DE CLASSE

IGUALDADE SALARIAL • FIM DO ASSÉDIO NO TRABALHO  
SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

O PROCESSO TRIUMPH

P4

O MARXISMO E A LIBERTAÇÃO SEXUAL

P8

PELO DIREITO ÀS CRECHES

P10

**MANIFESTO DA ROSA**

SECTOR DE MULHERES DO SR-CIT  
P6



## O QUE DEFENDEMOS

### Os interesses da classe trabalhadora!

- O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.
- A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.
- O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.
- Subsídios de desemprego, pensões e reformas ao nível do SMN.
- Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos recibos verdes e contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.
- Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população capaz de trabalhar, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.
- Um plano nacional de habitação que exproprie toda a propriedade abandonada e vise distribuir equitativamente as habitações por toda a população, com ren-

das que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

- Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.
- O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto totalmente gratuitos.
- A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.
- O fim dos exames nacionais para efeitos de conclusão do ensino secundário e de ingresso no ensino superior. Um modelo de ensino e condições laborais dignas em todas as escolas, universidades e politécnicos, que garantam um acompanhamento educativo adaptado às necessidades e percurso de cada estudante.
- O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao salário médio dos trabalhadores representados.

### Uma economia ecológica!

- A nacionalização, sob gestão democrática dos trabalhadores, de toda a produção de energia.
- A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.
- O investimento público para uma transição de combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

### O combate a todas as formas de opressão!

- Direito à nacionalidade portuguesa a todos os imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para todos os trabalhadores.
- O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!
- Educação sexual não discriminatória nas escolas a partir do ensino primário.
- A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.
- A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso

gratuito a todos os métodos de contracepção disponíveis.

- Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.
- Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas e lavandarias.
- Nacionalização de toda a rede de creches existente, sob controlo democrático dos trabalhadores, encarregados de educação e famílias, e construção de infraestruturas de qualidade adaptadas às necessidades da população.

### O socialismo e o internacionalismo!

- O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.
- A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!
- Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.

EDITORIAL

# FEMINISMO DE CLASSE

Dedicamos este número d'A Centelha à libertação da mulher.

A nossa capa celebra dois séculos de luta socialista com as mulheres na vanguarda. Desde as batalhas pela abolição da escravatura até ao movimento pelo direito ao aborto e à habitação, passando pela Revolução Russa, o movimento socialista internacional produziu heroínas que a nova geração precisa de conhecer, de estudar e de ultrapassar nos desafios que o nosso século coloca.

As primeiras socialistas deixaram claro como, mais do que uma ideia na cabeça de homens e mulheres, o machismo é o fruto de um sistema milenar de opressão actualmente inseparável do capitalismo: o patriarcado.

Tendo dominado o globo, o capitalismo mantém a violência contra a mulher e os grupos sexualmente oprimidos também em Portugal, agravando-a na mesma medida em que a crise se aprofunda.

### A dupla jornada: mal remunerada e não remunerada

Os contornos do patriarcado como sistema ficam claros

## “O PATRIARCADO É PARTE DO CAPITALISMO E, COMO TAL, BENEFICIA FUNDAMENTALMENTE TODA A BURGUESIA, INCLUINDO AS MULHERES BURGUESAS.”

quando olhamos para a desigualdade salarial. Pelos dados recolhidos em 2015, sabemos que em Portugal as mulheres recebem, em média, cerca de 17% menos do que os homens pelo mesmo trabalho, e este valor sobe para os 20% quando são contabilizados outros ganhos (remuneração por horas extraordinárias, prémios, etc.).

Estes são os números da primeira jornada de trabalho que cumpre a mulher da nossa classe — metade da exploração. A segunda jornada começa em casa, onde o capitalismo precisa do trabalho

não-pago de cuidado, de alimentação, de carinho, de tudo o que garante que a classe está apta a trabalhar.

Ainda segundo dados de 2015, o trabalho doméstico é maioritariamente feito pelas mulheres, que gastam diariamente, em média, 4 horas e 23 minutos nele. Os homens cumprem apenas 2 horas e 38 minutos. A diferença agrava-se na mesma medida em que a família cresce, porque as mulheres trabalham para a família, mas os homens essencialmente para si próprios.

### A violência machista

À dupla jornada vem juntar-se outra violência permanente contra a mulher. Mais de 80% das crianças vítimas de casos de abuso sexual e de violação são do sexo feminino, sendo que 64% ocorrem às mãos de familiares e companheiros íntimos das vítimas.

Fora da família, na esfera pública, na rua, no trabalho, a mulher é assediada, ameaçada e até mesmo fisicamente atacada. Segundo um inquérito municipal à violência doméstica e de género, em Lisboa, cerca de 53% — mais de metade! — já mudou as suas

rotinas diárias como resultado de um caso de violência.

### O feminismo pela classe e para a classe

O patriarcado é parte do capitalismo e, como tal, beneficia fundamentalmente toda a burguesia, incluindo as mulheres burguesas. A exploração sexual das mulheres é um negócio lucrativo, desde a indústria dos cosméticos ao cinema e, claro, à indústria da prostituição e à sua derivada, a pornografia. Da mesma forma, o rebaixamento do salário das mulheres trabalhadoras permite o rebaixamento do sa-

lário de toda a classe trabalhadora e, nisto, o aumento do lucro de toda a burguesia. Mais ainda: a violência sobre mais de metade da nossa classe garante que temos metade da nossa força, que as mulheres têm uma participação política reduzida, com extrema dificuldade em organizar-se e com obstáculos psicológicos à participação na luta — e até com o obstáculo dos trabalhadores machistas. Não é um mero acaso que os movimentos fe-

## “O FEMINISMO QUE DEFENDEMOS REJEITA TODAS AS ALIANÇAS INTER-CLASSISTAS E DIRIGE-SE AO MOVIMENTO OPERÁRIO”

ministas em Portugal sejam, hoje, quase exclusivamente dirigidos por mulheres pequeno-burguesas e burguesas, relictam as suas preocupações e hostilizem as mulheres trabalhadoras e pobres.

O feminismo liberal quer fazer-nos crer que o patriarcado beneficia todos os homens. Esta distorção da realidade é necessária para justificar a conciliação de classes. Só mantendo que todos os homens são opressores e todas as mulheres são oprimidas se defende a unidade das mulheres de todas as classes. Este feminismo serve apenas para manter sob direcção burguesa as mulheres proletárias que, apesar da opressão, conseguem organizar-se. As suas vitórias nunca colocam em causa a acumulação de capital — precisamente aquilo que mantém a mulher trabalhadora oprimida.

O feminismo que defendemos rejeita todas as alianças inter-classistas e dirige-se ao movimento operário — fortalecendo as organizações de trabalhadores ao ganhá-las para si. Ele corresponde, por motivos económicos bem determinados, aos interesses de toda a classe.

Duas bandeiras que levantamos são a da **igualdade salarial** e a do **fim do assédio no trabalho**, e são realizáveis apenas em ligação com a luta de classes: com a contratação co-

lectiva e o fim da precariedade — que permitirão à trabalhadora defender-se colectivamente do assédio sexual no trabalho —, com o aumento do salário mínimo e o controlo das rendas — que lhe permitirão livrar-se de companheiros e familiares violentos. E para alterar fundamentalmente o lugar da mulher na economia, queremos a **socialização do trabalho doméstico** — a transformação do trabalho doméstico em trabalho social, com uma rede pública e gratuita de cantinas, lavandarias, creches, infantários e lares, além de serviços

públicos de limpeza.

Fourrier, um dos pioneiros do socialismo, escreveu que “Em qualquer sociedade, o grau de emancipação feminina é a medida natural da emancipação geral.” Com mais de dois séculos de tentativas, a sociedade capitalista falhou: a emancipação da mulher não só está por concretizar como recua perante os olhos de todos.

Chegou a hora do socialismo, que fará muito mais do que Fourrier imaginou. Com a integração de todas as mulheres na economia social e planificada será possível transformar fundamentalmente a imagem da mulher, **abolir todas as diferenças de género**, derrubar a barreira entre a emancipação da mulher e a emancipação da humanidade! ✪

### Na capa (da esquerda para a direita):

1. Sylvia Pankhurst • 2. Marina Ginestà • 3. Rosa Parks • 4. Clara Zetkin • 5. Rosa Luxemburg • 6. Eleanor Marx • 7. Harriet Tubman • 8. Jenny Marx Longuet • 9. Natalia Sedova • 10. Angela Davis • 11. Catarina Eufémia • 12. Claudia Jones • 13. Inessa Armand • 14. Evelyn Reed • 15. Lizzie Burns, 16. Kshama Sawant • 17. Nadezhda Krupskaya • 18. Alexandra Kollontai • 19. Frida Kahlo • 20. Ruth Copping.

## APOIA O SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO!

Décadas de luta contra o capitalismo ensinaram-nos a necessidade de finanças fortes numa organização que luta pelos interesses dos explorados e, em última instância, para acabar com a exploração. As nossas tarefas, as campanhas e intervenções junto dos jovens e trabalhadores, exigem dinheiro. Mas para manter a liberdade de crítica e acção, não podemos depender de financiamento do Estado ou de empresas. Uma organização revolucionária tem de depender unicamente da classe trabalhadora!

Deixamos por isso um apelo para: se concordas com o que defendemos, faz um donativo.

**IBAN: PT50 0035 0041 00008179 330 96**

socialismohoje.wordpress.com

socialismo.revolucionario.cit@gmail.com

/socialismorevolucionariocit





Protesto das Trabalhadoras da Triumph contra o fecho da fábrica, Maio de 2016. Foto: Pedro Nunes/LUSA

# O PROCESSO TRIUMPH

## A IMPORTÂNCIA DA SOLIDARIEDADE DE CLASSE

Diana Rato

Ao longo de 19 dias, as 463 operárias da antiga fábrica da Triumph em Sacavém, Loures, mantiveram uma vigília permanente à porta da fábrica de forma a proteger o seu património como garantia dos seus direitos mais elementares — como o pagamento de salários em atraso e as devidas indemnizações — no seguimento da declaração de insolvência feita pela TGI-Gramax, que detinha a fábrica desde finais de 2016. A 24 de Janeiro a plataforma de notícias AbrilAbril partilhava nas redes sociais uma foto de trabalhadoras a festejar após o tribunal decretar a insolvência com a nomeação de um Administrador de Insolvência. Estava aberto o caminho para o pagamento do fundo de garantia social, dos subsídios de desemprego e eventuais indemnizações, pondo fim a um período de mais de 2 meses de grandes dificuldades para as trabalhadoras e suas famílias. Estava igualmente consumado o despedimento colectivo de todas as trabalhadoras.

Podemos dar então o processo como concluído? Pensa-

mos que não. Muitas questões ficam ainda por responder. Como se justifica a insolvência de uma fábrica que tinha o ano passado um volume de negócios anual quantificado em vinte milhões de euros? É aceitável que o maior empregador do concelho de Loures feche portas arrastando para a precariedade perto de 2.000 pessoas<sup>1</sup>? Qual o papel do Estado, dos sindicatos e da esquerda neste processo? São estas as questões a que tentaremos responder neste artigo.

### O processo Triumph e a luta das trabalhadoras

A história já é velha e tem-se repetido inúmeras vezes, desde grandes multinacionais e bancos a pequenas unidades produtivas, principalmente desde a crise de 2008. A fábrica de Loures era propriedade da empresa de artigos de roupa íntima Triumph desde os anos 60 e, actualmente, era a única fábrica activa da marca na Europa. Em 2015 dão-se os primeiros sinais de alarme: a empresa pretendia reformular o seu plano de produção e estava em cima da mesa relocar a produção europeia para

1. Entres postos de trabalho directos, indirectos e respectivas famílias.

a Ásia — outras fábricas da empresa fecharam no mesmo ano.

Não fugindo muito à estratégia empregue nos últimos meses, a primeira acção contra o fecho foi uma carta do presidente da Câmara de Loures, Bernardino Soares (PCP), para alertar o ministro da economia sobre a situação, em Agosto de 2015. Do princípio ao fim do processo a política da autarquia limitou-se a procurar um novo capitalista disposto a investir para manter a fábrica

### “QUE SAIAM OS CAPITALISTAS, A FÁBRICA FICA SOB O CONTROLO DE QUEM PRODUZ!”

aberta, aceitando tacitamente a insolvência como inevitável de outra forma. Infelizmente a nacionalização da fábrica nunca foi colocada de forma séria como alternativa. A salvação veio na forma da Gramax Capital, um fundo de investimento suíço-alemão que se dispôs a investir 11,4 milhões de euros até ao final de 2017, após um ano de negociações com a Triumph para a compra da fábrica. Durante o ano em que a Gramax deteve a fábrica não se verificou qualquer in-

vestimento. A produção ficou garantida porque a Triumph se comprometeu a continuar a fazer encomendas à fábrica durante esse período.

Cumprindo os seus objectivos de desmantelamento da fábrica, a Gramax começou por atrasar o pagamento dos salários de Novembro e do subsídio de Natal; mais tarde anunciou o despedimento de 150 trabalhadoras. Finalmente, em Dezembro de 2017, declarou aberto o processo de insolvência. O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul, afecto à CGTP, viu-se então obrigado a iniciar um processo de luta

— veremos em que moldes. Com o anúncio do fecho da fábrica, as trabalhadoras viram o cerco apertar-se: não havia garantia de que os salários em atraso seriam pagos, muito menos que teriam direito a uma indemnização caso o processo se arrastasse. Quando a empresa tentou retirar material do interior da fábrica, o sindicato organizou vigílias, a decorrer fora do horário de trabalho, para garantir que pelo menos a venda do material resultaria na compensação das

trabalhadoras.

Durante os 19 dias — de 5 a 24 de Janeiro — em que as trabalhadoras fizeram espera à porta da fábrica, realizaram-se acções de solidariedade de várias organizações de esquerda e grupos de activistas, incluindo a doação de géneros e de dinheiro. Em nenhum momento o sindicato apelou à participação ou à luta solidária de outros sindicatos ou trabalhadores — e não por falta de meios. Deixaram-se assim de fora as armas mais poderosas da classe trabalhadora: a mobilização de massas e a greve. Os objectivos que a direcção sindical na fábrica tinha estabelecido estavam bem definidos: exigir o pagamento dos salários em atraso e defender o direito às indemnizações por despedimento através do património da fábrica. De resto... esperar por melhores dias. Se os próprios sindicatos organizaram a luta almejando o objectivo mínimo, a situação na antiga fábrica da Triumph não podia ter tido outro desenlace senão o fecho definitivo. Chamar isto de vitória denota a capitulação consciente das direcções sindicais perante os interesses do capital e a sua alienação para com as reais necessidades dos trabalhadores.

### A capitulação da esquerda e das direcções sindicais

A fábrica da Triumph pareceu a princípio um caso isolado ou pelo menos mais um factor a somar no processo de desindustrialização, uma situação infeliz mas, em última instância, inevitável. Mais do que um caso sintomático da actual situação precária da economia do país — e não há dúvidas quanto à sua fragilidade —, as circunstâncias que envolvem o fecho da fábrica revelam a contínua deterioração das organizações sindicais, a estagnação das suas direcções e a passividade da esquerda no actual quadro de um governo PS apoiado pelo PCP e pelo BE. Quando analisamos a actividade das organizações laborais noutras empresas — com particular destaque para a Autoeuropa e a recentemente finda

Ricon — compreendemos que os seus esforços estão completamente dedicados a assegurar uma situação que cada vez mais lhes escapa do controlo. À revelia dos partidos no poder e dos seus cúmplices, a luta de classes não estanca.

Apesar de se declararem defensores dos trabalhadores e da “produção nacional”, nem PCP nem BE conseguiram apresentar um programa bem definido para a manutenção destes postos de trabalho. Escondendo-se atrás de frases feitas, o PCP hesitou em declarar abertamente a sua posição. Timidamente, o BE falou de uma política de investimen-

com a falta de acção deste Estado!

### Um programa para as trabalhadoras da Triumph

O SR-CIT defende três reivindicações que poderiam ter sido levantadas durante a luta em Loures. Em primeiro lugar, levantamos a exigência da completa abertura dos cadernos de contas das grandes empresas ao público. No caso desta luta em Loures, não só o historial de insolvências das empresas detidas pela Gramax Capital — 3 insolvências em 14 meses — e as negociações à porta fechada levantam suspeitas fortes de fraude, como

nam-se estes postos de trabalho.

Em terceiro lugar, reivindicar a nacionalização é necessário, mas não é suficiente. Sem um programa que consiga ir mais longe, a nacionalização como estratégia única sob a actual situação política só se pode realizar conforme os moldes mais favoráveis à burguesia, i.e., com vista ao resgate dos seus lucros. A única forma de efectivamente defender os direitos dos trabalhadores é através da gestão democrática da fábrica. Durante dois anos pairou sobre as trabalhadoras a ameaça de fecho, e essa ameaça serviu para a desmo-



Duas centenas de trabalhadoras concentram-se em Loures, 17 de Dezembro 2015. Foto: Manuel Almeida/LUSA

to. No final mantiveram posições de apelo à intervenção do governo — o mesmo que há dois anos entregou a fábrica à Gramax — e vacilaram quando se tratou de dizer o que, noutras instâncias menos determinantes, foi tão fácil: é necessário nacionalizar a fábrica. Entre visitas às trabalhadoras em vigília e declarações aos media, os 19 dias de luta foram um desfile de figuras benevolentes que por um lado davam a mão às trabalhadoras, e por outro a estendiam a um governo que sempre defendeu os interesses dos capitalistas contra os interesses da classe trabalhadora. Estes partidos e as suas organizações laborais ancoraram as expectativas das trabalhadoras nesta palavra de ordem «a salvação está no Estado [burguês]!». As suas falhas são agora desculpadas

o Estado ainda concedeu a esta empresa uma série de benefícios fiscais. No caso da Gramax, portanto, a palavra de ordem da abertura dos cadernos de contas da fábrica era facilmente justificável e apresentava-se como uma bandeira de luta importante para mobilizar as trabalhadoras da fábrica e todos os trabalhadores solidários.

Em segundo lugar, muitas destas trabalhadoras já têm mais de 40 anos e trabalharam desde a adolescência na fábrica. As hipóteses de conseguirem outro emprego são baixas. Reivindicamos uma reforma que lhes permita viver uma vida digna. Mas o desgaste das trabalhadoras não pode ser utilizado como justificação para eliminação de postos de trabalho. Se é preciso produzir roupa interior, então mante-

ralização e, agora que se concretizou, para a apatia. Nós contrapomos: que saiam os capitalistas, a fábrica fica sob o controlo de quem produz!

Apesar dos limites das reivindicações e dos métodos ditados pelas direcções sindicais, a solidariedade de classe manifestou-se de todas as formas possíveis e, aliás, muito espontaneamente. Na luta por estas reivindicações — a abertura dos cadernos de contas da fábrica, a aposentação das trabalhadoras com mais anos de trabalho e a nacionalização da fábrica sob controlo das próprias trabalhadoras — estariam reunidas condições para ganhar a solidariedade activa de outros trabalhadores do sector têxtil e até de outros sectores da classe trabalhadora. ✿

# MANIFESTO DA ROSA

## RESISTÊNCIA CONTRA A OPRESSÃO, O SEXISMO E A AUSTERIDADE

ROSA - Sector de mulheres do SR

Somos a ROSA — Resistência contra a Opressão, o Sexismo e a Austeridade, o sector de mulheres do SR-CIT. O nosso principal objectivo é o da formação de quadros revolucionários femininos capazes de intervir na luta das mulheres trabalhadoras defendendo um programa socialista e de unidade da classe trabalhadora.

Revertendo o impacto da dupla-opressão, no trabalho e na família, sobre a participação política da mulher trabalhadora, queremos reforçar a luta revolucionária pela construção de uma sociedade que garanta a liberdade e a emancipação de todos os indivíduos, independentemente do seu género, raça, orientação sexual ou

### “O CONTROLO DAS MULHERES SOBRE O PRÓPRIO CORPO É FUNDAMENTAL PARA A SUA EMANCIPAÇÃO.”

nacionalidade — uma sociedade livre da exploração capitalista e da violência machista, assente na gestão democrática da economia, educação, saúde, mobilidade, e que não faça recair, como responsabilidade individual, o trabalho doméstico sobre a mulher trabalhadora e pobre, mas que encare o trabalho reprodutivo colectivo e democraticamente.

#### O patriarcado é um sistema de opressão sem o qual a exploração económica capitalista não seria possível

A exploração económica das mulheres tem vindo a intensificar-se nos últimos dez anos sob a capa do neoliberalismo. Em Portugal, as medidas de austeridade baseadas em cortes nos serviços públicos, na sobrecarga fiscal dos trabalhadores e na total liberalização

do Código do Trabalho têm tido um impacto adicional sobre as mulheres. Estas acumulam à exploração económica uma opressão de género que nos empurra desproporcionalmente para o desemprego — com o facilitamento dos despedimentos individuais — e para vínculos de emprego precários — com o ataque continuado à contratação coletiva e a institucionalização dos “falsos recibos verdes”.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres persiste e agrava-se, com resultados catastróficos nos países neocolonizados, mas não menos preocupantes em Portugal. Aqui, apesar de serem hoje uma dos sectores da sociedade mais escolarizados, as mulheres continuam a ver limitado o seu acesso ao trabalho digno. Somos mais afectadas pelo su-

bemprego do que os homens com os mesmos níveis de escolaridade, desempenhando além disso trabalhos com salários médios mais baixos e menos qualificados. A própria hierarquização do prestígio social e monetário entre as profissões espelha uma divisão sexual do trabalho, que permite à classe dominante o controlo dos explorados, aumenta o lucro através de salários mais baixos nas profissões “tradicionalmente femininas”, para além dos trabalhos não-qualificados desempenhados por homens e mulheres operárias.

#### Contra a dupla jornada de trabalho, pela socialização do trabalho doméstico

As mulheres acumulam, na verdade, duas jornadas de trabalho: o trabalho pago, e o trabalho doméstico não-pago.

Sem o trabalho não-remunerado da mulher em casa, o capitalismo não se poderia reproduzir: a mulher garante não só uma parte do rendimento, como também a manutenção da família. As mulheres tornaram-se o elemento cuidador e responsável pelo lar.

Em Portugal e em muitos outros países, a inexistência de uma rede pública de creches impede as mulheres de classe trabalhadora que não tenham redes de apoio familiar de se libertarem desta situação de dupla exploração. Na parentalidade, continuam a existir bloqueios da parte das entidades patronais às licenças pagas de parto, de maternidade e de paternidade.

Face a esta dupla exploração nós, feministas marxistas, declaramos: não aceitamos que a nossa participação na sociedade seja uma extensão da condição de dona de casa! Apenas a socialização do trabalho doméstico e reprodutivo pode garantir a emancipação das mulheres.

#### Contra o desmantelamento do Sistema Nacional de Saúde, em defesa dos direitos reprodutivos de todas as mulheres

O controlo das mulheres sobre o próprio corpo é fundamental para a sua emancipação. Em Portugal, os direitos reprodutivos sofreram uma grande evolução nas últimas duas décadas, com a conquista do direito ao aborto em 2007. Mas em capitalismo nenhuma conquista está garantida.

Temos assistido desde o referendo a inúmeras investidas contra o direito à escolha, muitas vezes aliadas à destruição do sistema nacional de saúde — veja-se, por exemplo, a tentativa do CDS em instituir taxas moderadoras sobre a interrupção voluntária da gravidez. Os métodos contraceptivos estão hoje mais acessíveis a todas

as mulheres através das clínicas públicas de planeamento familiar. No entanto, a indústria farmacêutica não tem desenvolvido métodos ver-



dadeiramente adaptados às necessidades das mulheres.

Além disso, a ausência de um programa concertado para a educação afectivo-sexual nas escolas impede que o direito à escolha se efective de forma democrática, privando jovens com menos

acesso a informação de uma sexualidade saudável e consensual — especialmente os jovens LGBT+ de classe trabalhadora.

#### A violência misógina é uma expressão da desumanização da mulher sob capitalismo

A violência machista é a expressão do patriarcado na sua forma mais perversa. O assé-

ses manter as mulheres fora da produção e, por isso, sem direitos civis durante tanto tempo. Isto ajuda a entender a razão pela qual temos assistido, nas últimas décadas, a um recrudescimento da retórica misógina, após um período histórico de intensa luta feminista global e de conquistas das mulheres trabalhadoras.

A nossa emancipação implica sérias perdas para o capital, por não ser compatível com a manutenção ou aumento do nível de exploração económica e dominação política. É necessário para o capitalismo, então, “pôr a mulher no seu lugar”, reiterar a sua pertença à esfera doméstica enchendo os

### “O RACISMO E O PATRIARCADO SÃO SISTEMAS DE DOMINAÇÃO E OPRESSÃO QUE ALIMENTAM A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, A QUAL POR SUA VEZ INTENSIFICA OS ANTAGONISMOS DE RAÇA E DE GÉNERO.”

espaços públicos com episódios de assédio sexual, físico e verbal.

Nas relações íntimas, onde a emancipação feminina coloca em causa o trabalho reprodutivo não-pago, a violência assume contornos ainda mais perversos, dada a marginalização, tortura psicológica e o estigma social a que as mulheres são sujeitas. De facto, é no seio da família monogâmica e do casamento que grande parte do poder capitalista sobre a classe trabalhadora se efetiva. Esta instituição — o casamento — foi criada com o objetivo de instituir um embrião do Estado burguês em todas as casas, para melhor controlar o proletariado. Historicamente, o propósito do casamento nunca foi o amor, mas o domínio e a reprodução da propriedade privada através da linhagem masculina — razão pela qual o adultério, ainda hoje, apenas é gravemente penalizado caso seja cometido pela mulher, sendo, pelo contrário, tolerado e até esperado no homem (vejamos o recente acórdão machista do Tribunal da Relação do Porto!).

A prostituição surge na sua forma atual — desempenhada esmagadoramente por mu-

lheres das classes oprimidas — como consequência do casamento enquanto contrato económico, onde o amor romântico e sexual não estava previsto. Hoje, estas instituições persistem em parte porque também persistem as estruturas ideológicas que sustentaram a visão das mulheres como seres descartáveis.

#### As mulheres negras são um elemento-chave na luta socialista e contra o patriarcado

O feminismo socialista não pode deixar de lado a luta das mulheres negras e imigrantes. O racismo e o patriarcado são sistemas de dominação e

e os seus corpos são objeto de sexualização com contornos marcadamente racistas. As mulheres migrantes vindas da periferia global, nomeadamente de países de maioria muçulmana, são hoje o principal bode expiatório de uma Europa dizimada pela crise do capitalismo e pelo ressurgimento da extrema-direita. A luta contra a xenofobia islamofóbica é uma luta feminista, contra a exploração e genocídio da classe trabalhadora nos países sob o jugo do imperialismo.

#### A luta LGBT+ é uma luta feminista e socialista

Também a luta LGBT+ está intimamente ligada às lutas

laborais e feministas. As pessoas LGBT+, na sua larga maioria de classe trabalhadora, têm vindo a conquistar direitos há muito negados, principalmente no que respeita à igualdade perante a lei, como o casamento e a coadopção. Mas persiste discriminação no seu acesso a cuidados de saúde adequados, a uma educação afectivo-sexual inclusiva, e a oportunidades de emprego isentas de estigma.

Na base desta discriminação está o mesmo sistema de opressão patriarcal a que todas as mulheres estão sujeitas. O controlo do corpo e da sexualidade humana é uma condição indispensável para a exploração laboral. Apenas desta forma a classe dominante pode garantir que todas as práticas afectivo-sexuais contrárias à família nuclear, heterossexual e monogâmica — a unidade mais importante a seguir ao Estado burguês — são marginalizadas e, em certos locais, punidas por lei. A verdadeira emancipação LGBT+ só será, por isso, uma realidade através da luta socialista organizada.

### JUNTA-TE À ROSA!

# O MARXISMO E A LIBERTAÇÃO SEXUAL

TEORIA

Ismail X & Minerva Martins

Sentindo falir todas as promessas de prosperidade com a crise, a juventude irrompeu na política. Milhões de jovens iniciaram uma frenética experimentação de formas de luta, inclusivamente contra a opressão sexual. A marcha internacional de mulheres, em 2017, foi a maior demonstração popular de rejeição do machismo e LGBTfobia de que há memória, tendo apelado a uma greve internacional e sido inquestionavelmente dirigida por mulheres! Mais do que nunca, precisamos de uma explicação para a opressão sexual e de um programa para a sua abolição.

## Um avanço da consciência

A primeira onda de luta foi marcada pelas correntes da política identitária, fundadas na academia sob o neoliberalismo, que acusam o marxismo de reduzir toda a realidade à luta de classes e desenvolvem teorias sobre formas de opressão abstraíndo-as da exploração económica.

No período de derrotas históricas do movimento operário, estas ideias foram as mais progressistas com visibilidade dentro das universidades. Entre os filhos de trabalhadores que acediam à universidade, as camadas mais avançadas eram precisamente os sectores sexualmente oprimidos. Isto explica como muitos dos jovens que encheram as ruas nos EUA e na Europa tinham como referência a política identitária. Mas a luta é um teste para quaisquer ideias.

Os jovens proletários de

todas as “identidades”, nos protestos, viam-se juntos e reprimidos como um todo pelo Estado. Além disto, a juventude que iniciou a primeira onda de luta foi brutalmente empobrecida. Deparou-se não só com machismo, LGBTfobia e racismo (que se agigantaram), mas igualmente com desemprego, precariedade, baixos salários, a crise da habitação, o difícil acesso a serviços de saúde, em suma, com aquilo que caracteriza a condição da classe trabalhadora: a insegurança. Uma trabalhadora precária vê-se na escolha entre sofrer assédio sexual ou cair no desemprego. Um trabalhador gay pode ser despedido sem qualquer justificação por um patrão homofóbico. Não é espantoso, desta forma, que muitos jovens tenham ultrapassado as formas de política identitária mais simplistas e associado diferentes formas de opressão.

As organizações marxistas,

## “AS CONQUISTAS DOS GRUPOS SEXUALMENTE OPRIMIDOS SÃO INSEPARÁVEIS DAS CONQUISTAS HISTÓRICAS DO PROLETARIADO.”

no entanto, ainda são demasiado marginais para participar determinadamente neste processo. No caleidoscópio de políticas identitárias, só as teorias da interseccionalidade puderam fazê-lo. A explosão de popularidade destas teorias deve-se exactamente ao facto de responderem a estas transformações materiais.

Segundo estas teorias, uma forma de opressão só pode ser entendida se forem tidas em conta todas as outras, porque — como o nome indica — todas

elas são interseccionais, i.e., cruzam-se e relacionam-se. Apesar deste avanço, a fraqueza fundamental permanece: a fetichização da opressão. As bases materiais das várias formas de opressão são ignoradas e, assim, essas opressões são elevadas a entidades exteriores à história. O resultado é um programa limitado aos discursos e à representatividade, que propõe uma transformação cultural e se limita a exigir ao Estado capitalista que a realize — ocultando tanto a génese da opressão sexual como o sujeito histórico capaz de a abolir.

Para os trabalhadores sexualmente oprimidos, a política identitária tem a utilidade de um embrulho barato: existe para se rasgar na desocultação do que realmente importa.

## Nem desde sempre, nem para sempre

O marxismo já demonstrou que o patriarcado — a domina-

ção do homem sobre a mulher —, longe de existir “desde sempre”, surgiu com o desenvolvimento da propriedade privada, com as primeiras sociedades capazes de produzir um excedente que permitiu a formação de uma classe de proprietários de gado e escravos, criando o interesse na transmissão da propriedade de homens para filhos. Toda a classe dominante foi escravizada, e mesmo a mulher da classe dominante foi rebaixada a um meio para a acumulação de riqueza, ari-

tionada na economia doméstica com a sua sexualidade tiranicamente controlada. Daqui em diante, o sexo feminino e tudo o que a cada momento histórico constituiu a “feminilidade”, foi considerado inferior, vil, perigoso.

Ora, da mesma forma que o patriarcado só pode ser compreendido partindo das contradições inerentes ao surgimento da propriedade privada, as suas ramificações, como a LGBTfobia, só podem ser compreendidas a partir das contradições do modo de produção moderno, o capitalismo, e acima de tudo através da sua contradição fundamental: a que existe entre capital e trabalho, entre quem é dono dos meios de produção e quem não tem senão a sua força de trabalho.

Na sua aurora, o capitalismo mergulhou os pobres no caos social e moral. Centenas de milhares de humanos foram, em poucas décadas, arrancados do campo e das relações de produção feudais para ser lançados nas cidades industriais. A transformação violenta de servos em proletários fez estilhaçar as relações familiares. Cólera, tifo, varíola e outras epidemias ceifavam as vidas de bebés, crianças e jovens a uma velocidade que chegou a fixar a esperança média de vida dos operários em menos de 20 anos. A própria reprodução da força de trabalho ficou comprometida, ou seja, o proletariado tornou-se incapaz de produzir uma nova geração de proletários.

A burguesia descobria que os operários mortos não podem ser explorados. A solução

que encontrou foi, como sempre tem sido, esculpir ao tiro e à coronhada uma sociedade que a servisse. Mas, sendo classe dominante, a burguesia é narcisista: sabe esculpir somente a sua própria forma. A produção de proletários seria feita sob o modelo burguês de família.

Em poucas décadas do séc. XIX, a Inglaterra mostrou a todas as burguesias nascentes da Europa como organizar a família proletária estável e dócil para a produção capitalista. O moralismo burguês teve o seu pico durante este período — em Inglaterra conhecido como Era Vitoriana (por coincidir com o reinado da rainha Victoria).

As práticas sexuais, que se tornaram muito variadas com a separação das esferas da produção e da reprodução social — a separação entre a vida doméstica e o trabalho — pela primeira vez na História, foram febrilmente legisladas com o ideal burguês em mente. O primeiro objectivo foi agrilhoar a mulher proletária ao trabalho reprodutivo. Para este fim, é muitas vezes mencionada a criação do “salário familiar” — um salário que permitiria a um único operário sustentar uma família nuclear (marido, esposa e filhos). Mas além de notar que o “salário familiar” nunca se realizou de facto — as mulheres continuavam a precisar de emprego —, é necessário mencionar igualmente que este “salário familiar” era pago exclusivamente a homens. A desigualdade salarial foi fundamental para conferir ao matrimónio e à família proletários a estabilidade necessária à reprodução da força de trabalho. A condenação da mulher proletária à dependência económica perante o seu companheiro de

classe masculino serviu um propósito puramente económico: ao proletário, a burguesia atribuiu o trabalho produtivo; à proletária, o reprodutivo. Ambos os géneros estavam reduzidos a uma parte da unidade económica família.

Dada a posição de dependência da mulher, o lesbianismo não foi legislado nem mesmo classificado inicialmente. Mas a repressão violenta de todas as relações sexuais entre homens era indispensável ao projecto vitoriano. A própria palavra “homossexual” surgiu neste período. Sexo entre homens era punido com prisão e trabalhos forçados.

No final do século, em Inglaterra como na Europa, o proletariado seguia o mesmo modelo familiar de monogamia (para as mulheres) e heterossexualidade que servia tão bem à burguesia para garantir a acumulação de capital. A irracionalidade deste modelo é óbvia: o proletário não deixava para herança mais do que a sua miséria. Esta inconveniente verdade cobriu-a a burguesia, tão bem quanto pôde, com os farrapos ensanguentados da religião — outrora um véu que ela própria arrancou à aristocracia. A dominação de uma classe sobre outra nunca se mantém sem pelo menos duas vezes mais mentiras do que tareias.

As mentiras, no entanto, não vivem “para sempre”, e nenhum órgão repressivo do Estado pode fazer frente à força da grande maioria.

## O socialismo é a liberdade sexual

Pelas vias mais cruéis, o capitalismo deu à humanidade os instrumentos para produzir em abundância. Finalmente, te-

mos as condições para livrar a sexualidade e o amor de todos os grilhões económicos. Mas este modo de produção em crise mantém a nova geração bloqueada na contradição entre

como é a garantia da sua manutenção. É por compreender isto que nós, marxistas, somos intransigentes na defesa de um movimento de libertação sexual de classe — completa-

## “PARA NÓS, MARXISTAS, A LUTA PELA LIBERDADE SEXUAL É A PRÓPRIA LUTA PELO SOCIALISMO”

um desenvolvimento cada vez maior das práticas sexuais e amorosas e, ao mesmo tempo, uma dependência crescente da família nuclear enquanto unidade conservadora e reprodutora do capitalismo. A destruição do Estado Social significa que as suas funções passam a recair sobre a família, e a mulher vê-se cada vez mais, novamente, confinada à esfera da reprodução social.

As conquistas dos grupos sexualmente oprimidos são inseparáveis das conquistas históricas do proletariado. Em capitalismo, quando não são apagadas, estas conquistas são transformadas em privilégios dos ricos. Sem o Serviço Nacional de Saúde, público e gratuito, de que nos serve o direito ao aborto ou o direito à auto-determinação de género? Sem direitos laborais e contratação colectiva, de que nos serve o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo? Sem um sistema público e gratuito de ensino, assim como de creches e jardins de infância, de que nos serve o direito à cooptação de crianças por casais do mesmo sexo? No desemprego, na precariedade e na miséria crescente, de que nos serve um direito tão elementar como o direito ao divórcio?

A sociedade de classes não só gerou a opressão sexual

mente separado e independente da burguesia e dos seus partidos. Não defendemos que a luta pela liberdade sexual é paralela à luta pelo socialismo ou que simplesmente se articula com ela. Para nós, marxistas, a luta pela liberdade sexual é a própria luta pelo socialismo, e uma organização só pode considerar-se socialista se combate contra o machismo e a LGBTfobia também dentro do movimento operário.

Sem a compreensão científica da opressão sexual e sem uma acção revolucionária contra ela, é impossível criar a unidade e a organização necessárias para alcançar o socialismo, para colocar todos os meios de produção e todos os meios de reprodução social — todas as empresas, mas também os hospitais, escolas e o trabalho doméstico socializado — sob o controlo democrático dos trabalhadores.

Da mesma forma, sem alcançar o socialismo, todos os direitos sexuais, todas as conquistas dos sectores sexualmente oprimidos da classe trabalhadora são, como hoje é por demais evidente, temporários. A cada crise, como a cada recuo da nossa classe, o inimigo ataca por todos os meios os nossos salários, os nossos direitos, a nossa liberdade. ✪



1. Trabalhadoras da fábrica têxtil de Lowell em greve, EUA 1836.

2. Dia Internacional da Mulher Trabalhadora em Petrogrado, 1917.

3. Protestos de Stonewall, EUA 1969.



4. Marcha de mulheres, EUA 1970.

5. Faixa LGSM na marcha Pride, Londres 1985.

6. Manifestantes na Marcha de Mulheres, New York 2017.



## PELO DIREITO ÀS CRECHES NO CONCELHO DE LISBOA!

ROSA - Sector de mulheres do SR

O direito às creches deve ser um direito de todas as famílias trabalhadoras e, em particular, das mulheres trabalhadoras!

As políticas de austeridade dos últimos anos têm destruído os serviços públicos e empurrado a maioria das mulheres para a precariedade e para o desemprego. Como consequência, temos assistido ao aumento das horas de trabalho doméstico não-remunerado pela mulher, dos números de violência machista na família e nos locais de trabalho, e da degradação das condições de vida e autonomia financeira das mulheres trabalhadoras.

Segundo o Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres (INUT, CESIS/CITE, 2015), as mulheres em Portugal investem quase uma hora diária a mais na prestação de cuidados de familiares do que os homens, e mais de uma hora em tarefas domésticas. No total, o trabalho doméstico não-remunerado e de cuidado de familiares implica um dispêndio médio diário pelas mulheres de 4 horas e 23 minutos, relativamente às 2 horas e 38 minutos dos homens.

A desresponsabilização do Estado face aos cuidados de saúde e educativos das famílias tem que acabar. É necessária a construção de uma rede verdadeiramente pública e universal de creches no Concelho de Lisboa. Lutar pelo direito às creches é um passo fundamen-

tal na luta pela emancipação da mulher trabalhadora e pelo fim da opressão sexista.

Segundo o Boletim Municipal da Câmara de Lisboa de Maio de 2009 “Orientações estratégicas, equipamentos sociais - infância, rede pública de creches” a definição de rede pública de creches abrange o conjunto de “equipamentos da responsabilidade directa do Estado, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) e outras instituições não lucrativas, desde que de acesso não restritivo”.

A caracterização destas instituições não detidas pelo Estado como de “acesso não restritivo” está errada, visto que dispõem de autonomia significativa na admissão das crianças e na definição dos escalões e das percentagens de custos. O acesso às creches não se rege, portanto, por um processo democrático de decisão entre trabalhadores da creche, encarregados de educação e famílias, mas sim pelos interesses da administração — que recebe apoios estatais independentemente desses interesses.

Ainda de acordo com este Boletim, as creches do Estado asseguravam apenas 6% das vagas necessárias para o Concelho de Lisboa no ano de 2009. E, para além da parca cobertura, é importante ressaltar que nenhuma destas instituições garante a gratuitidade de acesso às creches.

Pelo contrário, em muitos casos os custos anuais chegam a ultrapassar os valores já exorbitantes das propinas de uma universidade pública.

Segundo declarações de Fernando Medina de Junho de 2016, a conclusão do actual Programa B.a.Bá Lisboa levaria a um aumento de cobertura da rede “pública” de creches para apenas 39% relativamente ao número de crianças registadas a viver no concelho. E este programa municipal é um reforço do domínio das instituições não-públicas sobre o sistema de creches através de parcerias entre o Estado e as uniões das misericórdias, das mutualidades e das IPSS. O Estado cede o terreno e garante o in-

vestimento para a construção dos equipamentos, enquanto as restantes entidades obtêm o controlo da gestão das creches para seu próprio benefício, e não das famílias trabalhadoras da região!

Pelos dados do Boletim Municipal da Câmara de Lisboa e desenvolvimentos do Programa B.a.Bá Lisboa, e pela experiência das famílias com filhos entre os 3 meses e os 3 anos com residência no concelho de Lisboa, é possível concluir que o número de creches que é de facto pública, gerida directamente pelo Estado, é extremamente insuficiente e não garante o acesso universal e de qualidade às creches. ✿

### Exigimos:

1) A construção de uma rede pública e gratuita, gerida democraticamente pelos trabalhadores, famílias e encarregados de educação, que corresponda à necessidade de 100% das crianças a viver no concelho de Lisboa, incluindo crianças sem nacionalidade, autorização de residência ou residência oficial;

2) A nacionalização das creches enquanto instituições privadas, instituições privadas de solidariedade social, e pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com indemnizações em caso de necessidade provada, garantindo todos os postos de trabalho com contratos dignos e um horário de 35 horas semanais, para garantir uma rede de creches verdadeiramente pública e democrática;

3) A presença de creches públicas e gratuitas em todas as médias e grandes empresas do concelho de Lisboa destinadas às crianças das famílias dos trabalhadores.

ROSA

CIT

## AS NOVAS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS NA BÉLGICA E NA IRLANDA

Carolina Eufémia

É fundamental um instrumento para que mulheres e homens, jovens e trabalhadores, organizem debates e acções nos bairros, nos locais de trabalho e de estudo. A experiência internacional de novas organizações feminista como a ROSA (Resistência contra a Opressão, o Sexismo e a Austeridade) na Bélgica e na Irlanda, construídas pelas respectivas secções do CIT, mostra a sua importância como ferramenta organizativa na luta das mulheres trabalhadoras.

Ainda não há um grande movimento na Bélgica, contudo os últimos protestos pelos direitos das mulheres foram maiores que nos anos anteriores. Durante o Verão, a ROSA esteve em muitos festivais com a campanha “Meu corpo, minha escolha” pelo direito a escolhermos se queremos ter fi-

lhos e a queremos ter filhos sem a questão financeira. A principal mensagem da ROSA é que só mudando a situação económica é possível acabar com o sexismo. A ROSA teve blocos combativos na marcha LGBT e nas manifestações: anti-Trump, contra o sexismo na Universidade de Bruxelas e pelo direito ao aborto. Além disto, tem feito intervenções em greves e acções onde se encontra a maioria das mulheres em luta.

A ROSA na Irlanda foi fundada há 5 anos como movimento socialista feminista pró-escolha. Há uma luta intensa a acontecer contra a Emenda nº8, que consagra na constituição irlandesa a proibição do aborto. Esta luta pelo direito ao aborto está a ser travada sobretudo pelas camadas jo-



Manifestação contra a violência machista em Bruxelas, 25 de Novembro 2017.

vens e é decisiva para romper com a opressão sexual e marcar um ponto de viragem para a sociedade. Neste sentido, a ROSA tem dado um importante contributo na luta das mulheres e no movimento LGBT com um programa socialista. Ao lutar pela libertação dos corpos, contra o machismo e a opressão, a ROSA luta pela construção dum movimento

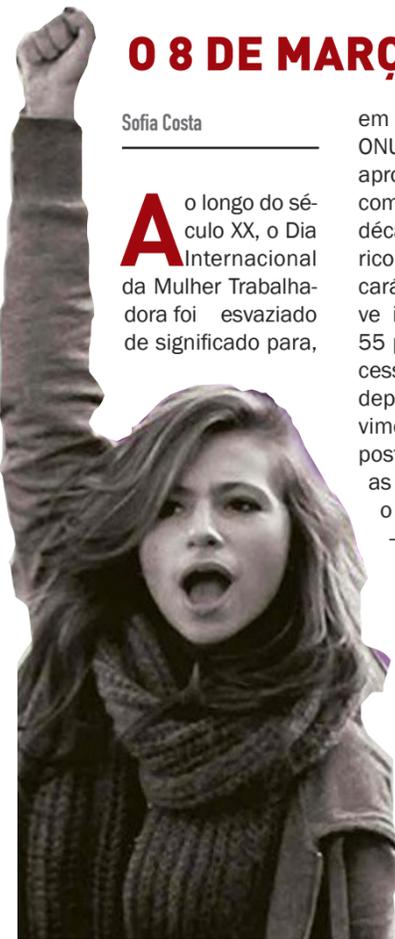
internacional de mulheres trabalhadoras.

A libertação da mulher não pode ser construída com base num vazio social. Só a força da classe trabalhadora organizada à volta dum programa que reivindica os direitos dos oprimidos e combata o sistema capitalista pode alcançar vitórias. ✿

## O 8 DE MARÇO E O CIT NO ESTADO ESPANHOL

Sofia Costa

Ao longo do século XX, o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora foi esvaziado de significado para,



em 1977, ser adotado pela ONU como o Dia da Mulher, apropriado pelo capital como comemoração machista. Após décadas de apagamento histórico, o 8 de Março retorna com carácter de classe, numa greve internacional em mais de 55 países, voltado para as necessidades das trabalhadoras depois do surgimento de movimentos feministas em resposta à precariedade, como as greves na Argentina com o movimento Ni Una Menos — que se repercutiram pela América Latina contra o femicídio — ou ainda na Polónia, em 2016, por direitos reprodutivos.

Neste contexto, o movimento estudantil de classe mostrou a sua força. A juventude é afectada pelo neoliberalismo e imprescindível na luta feminista, como mostram a paralisação estudantil e as marchas no Estado Espanhol de

2017. Convocadas pelo Libres y Combativas, plataforma feminista do Sindicato de Estudantes (SE), as manifestações uniram centenas de milhares de estudantes em mais de 23 cidades. Foram ainda promovidas assembleias e debates com uma greve de uma hora nos espaços de ensino — atingindo mais de 80% das universidades e institutos — para reflectir sobre as lutas, que foram levadas para as ruas no dia 9. A intensidade destas intervenções reflectiu o trabalho de base do SE, capaz de organizar estudantes e unir a luta feminista à luta de classes.

No Estado Espanhol, a luta faz-se contra os partidos regentes — PP, Ciudadanos e PSOE — que aplicam medidas de austeridade, privatizam o ensino em nome das grandes empresas e órgãos financeiros. Políticas como a Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE) e o decreto 3+2 (o processo Bolonha),

masculinistas de reformas progressistas no ensino, elitizam-no cada vez mais e atacam os estudantes de classe trabalhadora. Os dados deixam isto claro: 30.000 docentes despedidos, 100.000 alunos expulsos de universidades por não poderem pagar as propinas — que aumentaram 60% nos últimos 6 anos — e 9.000 milhões de euros retirados do investimento na educação.

Com os ataques aos sectores públicos, quem mais paga são as mulheres, sujeitas à dependência económica, à violência e ao assédio. É necessário construir a luta feminista de classe nas ruas para lutar pela nossa liberdade. Neste 8 de Março, em Portugal como no Estado Espanhol, marchemos por todas as mulheres vítimas desse sistema, por cada violação e por cada companheira que nos falta! ✿

# CANCELAR A PROPINA RECONQUISTAR A EDUCAÇÃO!

João Gonçalves

**M**ilhares de jovens vêm-se forçados a abandonar o Ensino Superior. As despesas em propinas, taxas, alojamento, transportes e alimentação são de tal maneira elevadas que muitos nem consideram ingressar na universidade, até porque o diploma já não é garantia de emprego, nem de um futuro livre de precariedade ou endividamento.

O direito universal a todos os níveis de ensino e a gestão democrática das instituições foram conquistas da Revolução de 1974. Contudo, a reação neoliberal que se seguiu esvaziou a democracia nas instituições, reduzindo a representação dos estudantes e trabalhadores nos órgãos de gestão. A elitização recomeçou com uma série de novas barreiras ao acesso ao Ensino Superior, nomeadamente o limite de vagas e provas de acesso, negando novamente o acesso da classe trabalhadora, que não possui as condições materiais necessárias para apoios e uma educação de qualidade.

A propina é introduzida na década de 90, no governo do PSD de Cava- c o

Silva. Embora com um valor bastante reduzido em relação à propina actual, representou um ataque fundamental ao ensino público e democrático, pois abriu caminho à desresponsabilização do Estado no financiamento do Ensino Superior. Trata-se, portanto, de um mecanismo de divisão de classes no acesso a estudos superiores, tornando o ensino crescentemente elitista e voltado para os interesses de empresas e investidores que detêm cada vez mais poder de decisão sobre o rumo das instituições de ensino.

A propina das licenciaturas encontra-se fixada no tecto máximo de 1.063€ anuais, e em mestrados pode ultrapassar os 2.000€. Algumas instituições quebram tratados internacionais, chegando a cobrar 7.000€ a estudantes internacionais, como é o caso da Universidade de Coimbra.

Sob o pretexto da crise, nos últimos anos, o Estado tem assegurado apenas cerca de 50% do financiamento das

instituições, forçando-as a procurar receitas privadas ou a aderirem a semi-privatizações como o modelo fundacional. Assim, a luta contra as propinas deve partir de uma exigência de maior financiamento do Estado e de gestão democrática das instituições de ensino, como única garantia de que, mesmo pondo fim às propinas, não aparecerão novas formas de discriminação.

É necessária a construção de uma campanha organizada que reúna estas exigências, com um programa concreto, com métodos e objetivos definidos, que possa reunir os estudantes e a juventude trabalhadora, assim como todas as organizações que tenham objetivos em comum, numa estrutura de base, democrática, que faça uso dos métodos de luta da classe trabalhadora, como greves, manifestações e ocupações.

O Sindicato de Estudantes apela à participação na campanha Cancela a Propina e luta para que essa estrutura seja ca-



paz de reunir a massa estudantil e trabalhadora, através de núcleos e assembleias de discussão e construção em todas as escolas, universidades e politécnicos. A organização vem com o diálogo, consciencialização e intervenção junto dos estudantes, como tal, a campanha será inaugurada com uma petição pública.

Ao contrário das promessas liberais dos anos 90, a propina é hoje uma das principais barreiras ao pleno direito à educação da classe trabalhadora. A luta contra a propina é apenas o primeiro passo numa luta maior por um ensino gratuito, democrático e de qualidade, um ensino que funcione segundo as necessidades da maioria ao invés dos lucros da minoria. Essa é a luta do Sindicato de Estudantes! ✨



Protesto de estudantes contra o aumento das propinas na África do Sul, 23 de Outubro 2015. Foto: REUTERS/Mike Hutchings